

Trump assina decreto que permite às igrejas fazer política do púlpito

No Dia Nacional da Oração, nesta quinta-feira (4/5), o presidente Donald Trump anunciou que assinou um decreto presidencial que muda o texto de dispositivo do código tributário que proíbe as igrejas, por serem entidades sem fins lucrativos e isentas de imposto, de endossar ou se opor a candidatos a cargos públicos eletivos em seus sermões religiosos. Agora, as igrejas estão livres para fazer sermões eleitorais, bem como para fazer doações a candidatos de sua preferência.

Fotos Públicas



Presidente dos EUA, Donald Trump assinou decreto presidencial que muda o texto de dispositivo do código tributário que proíbe as igrejas de fazer política.

Fotos Públicas

A legislação, aprovada em 1954 com o nome de “*Johnson Amendment*”, teve o objetivo de impedir que grupos religiosos, beneficiados por isenção de impostos e por doações dedutíveis do Imposto de Renda de seus fiéis, usem o dinheiro apurado para fazer campanha eleitoral contra o mesmo governo que lhes concedeu os benefícios fiscais ou para fazer a promoção de seus interesses políticos.

Em outras palavras, a legislação teve a finalidade de impedir que o governo subsidie campanhas políticas a partir dos púlpitos das igrejas. Como explica o IRS (a Receita Federal dos EUA), “todas as organizações [sem fins lucrativos, incluindo entidades beneficentes, fundações etc.] são totalmente proibidas de participar direta ou indiretamente ou de intervir em qualquer campanha política em favor de (ou em oposição a) qualquer candidato a cargo público eletivo”.

Todas essas entidades podem fazer política, incluindo campanhas eleitorais, desde que abram mão dos benefícios fiscais concedidos pelo governo, de acordo com a “*Johnson Amendment*”, dizem os sites do *Washington Post*, *Politico*, *ThinkProgress*, *Daily News* e *ABC News*.

Trump teria dois caminhos alternativos ao decreto presidencial: ir à Justiça para questionar a constitucionalidade da lei ou esperar que o Congresso aprovasse um projeto de lei que alterasse a legislação (projeto que já teria sido apresentado ao Congresso). Ele optou pelo decreto para satisfazer uma promessa de campanha, feita principalmente à sua base de eleitores evangélicos.



No entanto, o decreto não altera a legislação vigente. Apenas ordena ao IRS que relaxe a execução das regras que barram as igrejas com isenção de impostos de participar da política, em nome das liberdades religiosas. Ao anunciar a assinatura do decreto a um grande número de pastores evangélicos na Casa Branca, Trump declarou, para o aplauso da audiência: “O governo tem usado essa legislação como uma arma contra as pessoas de fé. Ninguém deve censurar os sermões ou perseguir os pastores”.

A medida beneficia significativamente o Partido Republicano, que se alinha com os objetivos dos religiosos, como o de reverter todos os direitos que foram concedidos ultimamente à comunidade LGBT (incluindo o casamento entre pessoas do mesmo sexo), de proibir o aborto e até mesmo a cobertura por fundos públicos de métodos de controle da natalidade.

Trump devia isso aos religiosos, desde que pesquisas revelaram, em plena campanha eleitoral, que ele tinha 80% dos votos dos cristãos evangélicos, enquanto sua opositora ao governo dos EUA, a democrata Hillary Clinton, tinha apenas 16% dos votos desse eleitorado.

Uma pesquisa atual da *Pew Research Center*, noticiada pelo *Washington Post*, afirma que os religiosos estão impedindo a popularidade de Trump de despencar ainda mais. O presidente tem o apoio de 67% dos evangélicos brancos e de 61% dos católicos brancos, enquanto sua popularidade entre o público em geral é de apenas 39%.

O professor de Direito Tributário da Universidade Valparaíso David Herzig disse aos jornais que a medida vai transformar as igrejas em *Super PACs* com privilégios extras. *Super PACs* (*Super Political Action Committees*) são comitês de ação política que podem receber doações sem limites de corporações, sindicatos e indivíduos, para financiar campanhas políticas.

Mas existem restrições e obrigações, como a de fazer divulgações públicas de seus gastos. As igrejas, tal como outras entidades sem fins lucrativos, não estão atadas às mesmas restrições e obrigações, o que, teoricamente, torna o processo muito menos transparente, disse Herzig.

Segundo o site *ThinkProgress*, Trump pode ter, involuntariamente, armado uma armadilha para seu eleitorado religioso ao legislar por decreto. O próximo presidente poderá reverter as regras ao que era — e, para isso, basta reverter a ordem dada ao IRS —, e todas as igrejas e seus representantes eclesiásticos poderão ser investigados por violação da lei — e perder os benefícios fiscais.

O decreto presidencial não foi comemorado por todos os religiosos. Alguns pastores declararam apoio à legislação antiga, porque ela protege o que deve ser um refúgio espiritual contra a intrusão perniciosa da política. O presidente da *Interfaith Alliance*, rabino Jack Moline, disse aos jornais que a "*Johnson Amendment*" impede que os templos de oração se convertam em instrumentos político-partidários.

Date Created

04/05/2017